

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TEFÉ – CEST
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

GELCIENY AMORIM MACIEL

**O ENSINO DE HISTÓRIA ATRAVÉS DA IMAGEM DOS NEGROS
NOS LIVROS DIDÁTICOS**

Tefé/AM
2019

GELCIENY AMORIM MACIEL

**O ENSINO DE HISTÓRIA ATRAVÉS DA IMAGEM DO NEGRO NOS LIVROS
DIDÁTICOS**

Monografia apresentada como requisito para
obtenção do grau de Licenciado em História, no
Centro de Estudos Superiores de Tefé-
Universidade do Estado do Amazonas.

Orientador: Prof. MSc. Tenner Inauhiny de Abreu

Tefé/AM
2019

FICHA CATALOGRÁFICA

**MACIEL, Gelcieny Amorim O ENSINO DE HISTÓRIA
ATRAVÉS DA IMAGEM DO NEGRO NOS LIVROS
DIDÁTICOS.** Gelcieny Amorim Maciel. - Monografia do Curso de
História. Centro de Estudos Superiores de Tefé – CEST -
Universidade do Estado do Amazonas-UEA.
p..

TERMO DE APROVAÇÃO

GELCIENY AMORIM MACIEL

O ENSINO DE HISTÓRIA ATRAVÉS DA IMAGEM DO NEGRO NOS LIVROS DIDÁTICOS.

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em História, ao curso de História, do Centro de Estudos Superiores de Tefé, da Universidade do Estado do Amazonas.

Data de aprovação:

Banca Examinadora:

Orientador: Prof. MSc. Tenner Inauhiny de Abreu
(CEST/UEA)

Prof. João Rodrigues Silva
(CEST/UEA)

Prof. Jubrael Mesquita da Silva
(CEST/UEA)

Tefé/AM
2019

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, meu Senhor e Salvador, que me deu forças pra continuar até o fim, aos meus pais José e Raimunda por sempre me apoiarem, ao meu filho amado José Otávio pela compreensão e carinho, e ao meu orientador Msc. Tenner, pela paciência e ajuda fundamental nesta orientação para a conclusão desta monografia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado forças para continuar e chegar até aqui, a minha família por todo o apoio, principalmente meus pais, e ao meu filho que mesmo pequeno entendeu quando não pude lhe dá muita atenção, o qual eu amo muito, meu muito obrigado.

A meus professores por todo conhecimento transmitido durante todo o curso e fora dele, meus sinceros agradecimentos. Ao meu orientador Msc. Tenner de Abreu por toda a ajuda e paciência, meu muitíssimo obrigada.

A meus amigos de curso que junto comigo enfrentaram as adversidades, o cansaço, mais mesmo assim não desistimos, nos apoiamos sempre, aos quais sou muito grata. A mim mesma por ter continuado, mesmo em muitos momentos pensando em desistir, consegui chegar até aqui. E a todos que de forma direta e indiretamente contribuíram para a conclusão deste curso, agradeço de coração, muito obrigado.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar as imagens do negro nos livros didáticos pesquisados do Ensino Fundamental e médio à luz da Lei 10.639/2003 que tornou obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira. No primeiro momento apresenta-se um estudo teórico sobre o início da vinda dos negros para o Brasil, período da escravidão. No segundo momento um breve relato das lutas dos movimentos sociais para a criação da Lei que reconhece e valoriza de maneira correta a cultura negra. No terceiro momento há um relato do livro didático no Brasil e de como a imagem do negro está representado de maneira negativa, na maioria das vezes, nesse tão importante veículo de informação, finalizando com a política do branqueamento que idealiza a cor e a cultura da classe dominante excluindo assim a cultura e o povo negro, enfatizando assim para a formação do pensamento social e cultural da sociedade brasileira. Para encerrar, a pesquisa de campo aonde se encontra uma análise das imagens do negro nos livros didáticos na tentativa de perceber se depois da Lei que obriga o estudo correto dos estudos afros, essa imagem ainda é ilustrada de maneira subalterna, que dá continuidade a formação de um pensamento preconceituoso em relação aos negros no Brasil.

Palavras-chave: imagem, negro, livro didático, Lei 10.639/2003, cultura negra.

THE ABSTRACT

The study aims to analyze the images of black people in the researched textbooks of elementary and high school in the light of Law 10.639/2003 that made Afro-Brazilian history and culture compulsory. In the first moment we present a theoretical study about the beginning of the coming of blacks to Brazil, period of slavery. In the second moment a brief account of the struggles of social movements for the creation of the Law that correctly recognizes and values the black culture. In the third moment there is an account of the textbook in Brazil and how the image of black people is represented in a negative way, most of the time, in this very important vehicle of information, ending with the bleaching policy that idealizes the color and culture of ruling class thus excluding black culture and people, thus emphasizing the formation of social and cultural thinking of Brazilian society. To conclude, the field research where is an analysis of black images in textbooks in an attempt to understand if after the Law that requires the correct study of Afro studies, this image is still 'illustrated in a subaltern way, which continues the formation of prejudiced thinking about blacks in Brazil.

Keywords: image, black, textbooks, Law 10.639/2003, black culture.

LISTA DE SIGLAS

CEST- Centro de Estudos Superiores de Tefé

CID- Centro de Informação e Documentação

FAE- Fundação de Assistência ao Estudante

MEC- Ministério da Educação

PCNS- Parâmetros Curriculares Nacionais

PNLD- Programa Nacional do Livro Didático

SEDUC- Secretária Estadual de Educação

UEA- Universidade do Estado do Amazonas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1- HISTÓRICO DA CHEGADA DOS NEGROS AO BRASIL	
1.1-Os negros no Brasil.....	15
CAPÍTULO 2- DOS MOVIMENTOS SOCIAIS A CONQUISTA DA LEI: OS LIVROS DIDÁTICOS E A IMAGEM DO NEGRO NO BRASIL.	
2.1- A Lei 10.639/2003.....	22
2.1.1-Corpo Do Artigo 26 Da Lei 9.394/96.....	24
2.2-O livro didático.....	26
2.3-O negro no livro idático.....	28
2.4-A política do branqueamento.....	30
2.5-A imagem do negro no livro didático.....	33
CAPÍTULO 3- A PESQUISA	
3.1-O livro didático na formação do pensamento social e cultural no Brasil.....	38
3.2-Análise da imagem do negro no livro didático.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS.....	55

INTRODUÇÃO

É de demasiado conhecimento, que os livros didáticos há muito é usado como instrumento para trabalhar a História do Brasil, porém, a imagem social dos negros nestes livros ainda está associada a papéis de menor valorização no contexto social, o que dificulta a veracidade do negro quanto sua participação na construção da sociedade brasileira.

Assim, é possível afirmar que ao se trabalhar o livro didático apresentando a imagem do negro depreciado, possivelmente resultará em algumas dificuldades dos próprios negros formarem sua identidade com relação ao seu papel na sociedade, e ainda, afetar a sua autoestima, sobre esta afirmação Silva comenta. Isto tem um impacto sobre a construção da identidade dos educandos de ascendência africana, indígena e mestiça, que não encontram referências positivas a sua origem, a sua cultura e a sua história, omitida ou mostrada de maneira caricatural, estereotipada e folclorizada na escola. (Silva, 1995, p.135).

Assim sendo, o livro didático, um veículo de informação principalmente para as crianças, destacando a criança negra, esta imagem distorcida dos negros sempre no papel de escravo subordinado, provavelmente irá interferir muitas vezes de forma direta na formação do pensamento de discriminação e preconceito, até do próprio negro, que cresce com esta imagem, se enxergando como um ser inferior. Por isso é de suma importância que ocorra uma real melhora na elaboração dos livros didáticos, com o objetivo de mostrar ao negro a sua verdadeira história e o seu valor para a sociedade.

A concepção de pensamento se reflete através de uma narrativa escrita sempre pela classe dominante, elevando a importância do branco sobre o negro, acarretando em uma falta de compromisso ao não divulgar a história original dos negros no Brasil. A partir da pesquisa sobre o livro didático, pude observar que se fala muito pouco sobre a cultura negra no Brasil, e quando é citada, é relacionada apenas a capoeira e a culinária, o que diminui ainda mais o respeito para com a história dos africanos. Se hoje temos uma cultura diversificada, devemos grande parte disto a cultura africana, que mesmo em

meio á tanto sofrimento no período da escravidão, nos foi oferecida com tamanha gentileza.

Por outro lado, esse trabalho se orienta a partir de uma questão fundamental: qual o papel do livro didático para a formação do pensamento social e cultural no Brasil?

O papel do livro didático é de grande importância para a representação da história do Brasil, apresentando todo o seu elenco, sua construção histórica, seus momentos marcantes... No entanto, para a formação do pensamento social e cultural, é deficiente, porque acaba por valorizar apenas um lado da história, e a história é formada por todos os lados, todos são importantes. É preciso parar de pensar, que só porque houve escravidão, o negro não tem valor, é um pensamento pequeno diante da grandiosidade da história negra, e este pensamento precisa evoluir, evoluir através do conhecimento, pois o conhecimento modifica o homem, logo o pensamento também se modificará.

No Brasil tem sido estratégia direta ou indireta, de exclusão e desigualdade social, a imagem do negro retratada nos livros didáticos, é algo fundamental e deve ser repensada a forma como os mesmos são elaborados e escritos. O interesse de estudo desta pesquisa é compreender o porquê desta imagem do negro sempre aparentando um sujeito inferior, tentando assim, encontrar novos caminhos para trabalhar a história do Brasil, fazendo uso deste instrumento de aprendizagem.

Diante disso, este trabalho monográfico tem como objetivo fazer uma análise da imagem do negro ilustrada no livro didático, e como isto colabora de maneira bastante significativa para a formação do pensamento social e cultural no Brasil.

O trabalho está dividido em três capítulos temáticos, no primeiro está exposto um pequeno resumo da história da chegada dos negros da África ao Brasil até os dias atuais. No segundo capítulo, um breve relato da trajetória dos negros nas lutas a fim de conquistar a autonomia e a cidadania que durante séculos lhes foi tirada, tendo em vista a Lei 10.639/2003, que contempla o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, e a participação destes povos para a construção de nossa história. Ainda neste capítulo, está uma breve história sobre como o livro didático nos apresenta os

negros, este sujeito aparece de forma muito limitada nas imagens e quando aparece sempre ocupa papéis de menor evidência na sociedade, fortalecendo ainda mais um pensamento preconceituoso e racista, conforme a política do branqueamento, que tenta grosso modo valorizar a cultura branca e desvaloriza a cultura negra.

No terceiro capítulo está presente a pesquisa desenvolvida nos livros didáticos, onde busco através de uma leitura das imagens analisadas dos negros, perceber se a promulgação da Lei 10.639/2003 conseguiu modificar as imagens sociais e culturais dos mesmos, ou se ainda estão vinculados a papéis subalternos.

Utilizei de um processo metodológico baseado em revisão bibliográfica e documental, onde procuro observar que a imagem do negro no livro didático ainda continua bastante reduzida, e que mesmo no século XXI, apesar de todos os movimentos sociais e da implementação da Lei 10.639/2003, a classe dominante, ainda que de maneira camuflada, toma por uso deste importante instrumento de aprendizagem, para dar continuidade à propagação do preconceito que infelizmente ainda existe no Brasil.

Para confirmar este estudo, realizei uma pesquisa, onde avalio com detalhes as imagens dos negros nos livros didáticos estudados no primeiro ano do fundamental, identificando que de fato, mesmo com a lei, o livro didático continua com a mesma imagem representativa do negro, como sendo um ser inferior, e afastado da formação da sociedade brasileira.

No entanto, é nessa perspectiva, que se espera contribuir para o esforço na busca de uma melhoria significativa na formulação do livro didático, evidenciando a valorização e o respeito ao negro e a sua cultura, ainda que seja um processo lento, porém, que vislumbre uma evolução em uma nova formação de pensamento social e cultural no Brasil, que vá além de um pensamento preconceituoso e cheio de discriminação.

Com o desejo de se obter uma melhor compreensão acerca da formação do pensamento social e cultural no Brasil relativo aos negros, tendo como objetos de análises, o livro didático e a Lei 10.639/2003, essa pesquisa tem como objetivo aprofundar o conhecimento das imagens retratadas dos negros nos livros didáticos com embasamento na lei que obriga a inclusão do estudo

da História e Cultura da África, e como isto irá afetar na formação do pensamento social e cultural brasileiro.

Segundo Gil (2007, p.7) a pesquisa é definida como:

(...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão de resultados.

Assim, o alcance desse objetivo levou a produzir uma pesquisa bibliográfica, com uma observação detalhada das imagens contidas nos livros didáticos, havendo assim um contato maior com os objetos estudados através das informações levantadas durante o processo de pesquisa.

É de suma importância ressaltar que uma pesquisa bibliográfica é aquela em que os dados apresentados provêm apenas de livros e artigos consultados, desse modo, buscou-se relacionar a formação do pensamento social e cultural no Brasil através do livro didático, visando destacar a permanência de uma imagem atrelada ao negro enquanto escravo e inferior na escala social.

De acordo com Alves (2003, p.41), a pesquisa é um exame cuidadoso, metódico, sistemático e em profundidade, visando descobrir dados, ampliar e verificar informações existentes com o objetivo de acrescentar algo novo à realidade investigado. Diante disso, através de uma análise sobre a Lei 10.639/2003, verificou-se que a mesma é muito mais teórica do que prática, o conhecimento e reconhecimento da cultura negra na formação social do Brasil ainda é muito superficial, levando em consideração o conteúdo dos livros didáticos relatando a História do Brasil.

Esta pesquisa possibilitou a descoberta de possíveis caminhos para um novo olhar e uma nova formação de pensamento direcionada ao negro, basta que se questione mais, se argumente sobre a escrita da história do Brasil nos livros didáticos, dando maior destaque para a contribuição da cultura negra e dos próprios negros na construção dos contextos sociais. Assim como disse Demo (2003, p.10), perguntas permitem explorar um assunto ou aprofundá-los,

descrever processos e fluxos, compreender o passado, analisar, discutir, e fazer expectativas...

CAPÍTULO 1- HISTÓRICO DA CHEGADA DOS NEGROS AO BRASIL

1.1- Os negros no Brasil

O Brasil fez uso do trabalho escravo durante os três primeiros séculos de construção do País. Os primeiros africanos desembarcaram no Brasil no ano de 1538, presume-se que nos fins do século XVI, a população negra já deveria somar cerca de 10.000 pessoas, 6.000 somente em Pernambuco e 3.000 na Bahia, o restante estava distribuído pela colônia (Mendonça, 1973, p. 80). Estes negros eram trazidos nos porões de navios negreiros e tinham valor de mercadorias. O tráfico destes navios era bastante lucrativo e envolvia administradores, investidores e gerenciadores que organizavam este tipo de negociação a fim de saírem ganhando com esta empreitada cuidando para que não ocorressem prejuízos.

Portugal era o principal manipulador do tráfico negreiro, já que era este País que mais saía ganhando com a arrecadação de impostos. Foi a partir de 1649, com a fundação de Companhias que o tráfico negreiro passou a ser controlado através de fiscalizações. Essas mantinham sob domínio da Coroa a entrada e o destino dos negros, aumentando ainda mais a arrecadação de impostos. Foram extintas em 1778, depois da queda do Marquês de Pombal.

Os navios negreiros saíam da África com os negros acorrentados nos porões passando fome e frio, em uma viagem desumana. Com a demora do trajeto era comum que homens e mulheres defecassem e vomitassem no mesmo ambiente em que viajavam. Diante disto, pode-se imaginar como esta travessia era humilhante, e como estes negros estavam submetidos a todo e qualquer tipo de doença que muitas vezes os levavam a morte.

Quando desembarcavam aqui no Brasil, estavam simplesmente arrasados de cansaço da dura viagem vivida e muitos inconscientes do sofrimento que lhes aguardava neste País, sobre esta dolorosa viagem, Mattoso explica:

Vinha de longe após um mês, frequentemente dois meses de navegação, ou de mais perto, após cabotagem perigosa e por vezes clandestina, o cativo é, de ordinário, desembarcado num estado de exaustão física e moral fácil de imaginar. Se vem do outro lado do oceano, sofreu o traumatismo psíquico da captura, as longas marchas às vezes necessárias para atingir o porto. Foi posto a ferro e esperou talvez muito tempo a chegada dos “tumeiros” traficantes. Preso a bordo do navio, conheceu as rotas de uma dura navegação antes de ser desembarcado, mas morto do que vivo, em terra desconhecida e hostil. Se vem de mais perto seus sofrimentos não são menores, pois teve igualmente de separar-se dos amigos, talvez também de parentes, deixar um tipo de vida ao qual se havia mais ou menos adaptado, para ser acorrentado e arrastado do desconhecido, numa angústia somente igualada ao desgaste físico levado ao extremo pela viagem forçada a promiscuidade a bordo, a fome e a rudez agressiva dos seus condutores (MATTOSO, 2003, p. 65)

As palavras de Mattoso só confirmam as verdades do período da escravidão, negros mal tratados e desrespeitados até a própria natureza. Durante o século XVIII, o tráfico negreiro ganhou ainda mais forças, estima-se que em 1817, o número de africanos aqui no Brasil chegava a 1.930.000. No ano de 1831, foi proibido o tráfico de navios negreiros, porém, a entrada destes povos ao País não diminuiu, pelo contrário, desenvolveu-se um contrabando de navios negreiros que só chegou ao fim com o último embarque no ano de 1855.

Existe até hoje uma imprecisão sobre os detalhes da escravidão no Brasil, já que todos os arquivos referentes a este tema foram queimados no dia 13 de maio de 1891, ordenados pelo Ministério Público, assim, os dados importantes referentes à vida dos negros aqui no País no período da escravidão foram completamente retirados dos capítulos oficiais da nossa história.

Sobre os negros que vieram para o Brasil Santos, 1975, afirma:

Os negros que vieram para o Brasil eram retirados à força de diversas regiões do continente africano, principalmente da costa ocidental da África. Africanos de origem Banto, do Congo e de Angola, foram trazidos logo no começo da colonização, e foram espalhados pelas plantações do extenso território rural, que correspondia os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. (Santos 1975 p. 86).

Junto com estes negros, vinha uma rica e expressiva cultura que a escravidão, por sorte, não conseguiu esmagar totalmente, como por exemplo, a dança, a música, a religião, a língua, a comida, a arte africana tão forte e tão diversificada que ajudou fortemente na composição da formação do povo brasileiro. Exótica, bonita, matreira e diferente: a mulata morena. Saudoso, nostálgico, amoroso o vai e vem e o canto da mãe negra ninando seu lindo filho. Gostosas, picantes, cheirosas, apetitosas são as variadas guloseimas da mãe preta no fogão. Valente, astuto, ligeiro, o negro rapaz no gingado da capoeira. Tudo bonito de se vê, gostoso de provar, estas e tantas outras dádivas generosas da mãe África.

A escravidão segurava os negros na ignorância, na inferiorização na falta de perspectiva para o futuro e os deixava infelizes e com baixa autoestima, já que os mesmos eram submetidos a castigos animais e a constantes e diversos tipos de humilhação moral e física. O seu maior desejo sempre foi durante todo o tempo tornar-se livre, pois a condição de escravo o tornava quase que um ser desumano, sem alma. O negro escravo em nenhum momento desistiu de viver livre, sobre isso, Darcy Ribeiro afirma:

Não tem outra saída, entretanto, uma vez que da condição de escravo só se sai pela porta da morte ou da fuga. Portas estreitas, pelas quais, entretanto muitos índios e muitos negros saíram; seja pela fuga voluntarista do suicídio, que era muito frequente, ou da fuga mais frequente ainda, que era tão temerária porque quase sempre resultava mortal. (Darcy Ribeiro, 1995, p. 118).

Além de serem considerados como animais e viverem períodos dolorosos de confinamento, almejando a todo tempo a liberdade, como explica Ribeiro, eram também desprovidos de direitos e tratados simplesmente como

instrumentos de trabalho. Utilizados para trabalharem nas plantações canavieiras do século XVII, nas atividades da colônia, nas minas de ouro, de pedras preciosas e nas atividades agrícolas e domésticas, o acesso a educação para esses povos era inexistente. Os brancos, dominantes, não achavam necessário que os negros estudassem, pois a função destes era de executar tarefas que não necessitavam de estudos e sim de força braçal, também tinha consciência de que, com a possibilidade da entrada dos negros na escola, estes sujeitos poderiam perceber que eram em maior quantidade e rebelar-se contra os seus senhores.

A escravidão negra rendia muitos lucros para os traficantes, comerciantes e muito mais para os senhores, com seu duro trabalho os negros sustentavam a classe colonial dominante. Quanto mais escravo, mais elevada era a posição social.

Os senhores de engenho não eram nem de longe, bonzinhos. Apesar de toda a tirania vivida, os negros escravos, através de trabalhos duros e pesados, foram agentes sociais que lutaram todos os dias de suas vidas para resistirem ao tipo de sociedade racista existente naquele período. Ainda trabalharam duro para enriquecer cada vez mais esse país e os seus senhores que nada deram em troca para esses povos, apenas desprezo e falta de oportunidades.

Inúmeras foram às formas que os negros encontraram para resistir à escravidão, além de fugas e suicídios era comum assassinato, abortos, fugas coletivas e individuais. É neste contexto que nasce os quilombos, o mais famoso foi sem dúvida o de Palmares, resistindo há aproximadamente 100 anos, chegou a reunir no ano de 1690 um número aproximado de 20 mil pessoas, desenvolvendo neste ambiente uma comunidade bastante organizada. O quilombo dos Palmares foi um exemplo de luta e resistência do povo negro em busca da verdadeira liberdade. O maior representante desta comunidade foi o negro Zumbi que resistiu até 20 de Novembro de 1696, último dia de sua vida, quando foi assassinado, tornou-se o maior símbolo de heroísmo brasileiro contra a escravidão.

Muitas também foram às rebeliões negras que aconteceram durante o período de escravidão, na Bahia em específico no ano de 1798, houve a Conjuração dos Alfaiates, inspirada nos ideais da revolução francesa:

igualdade, liberdade e fraternidade. Tinha como principal objetivo assumir o poder e constituir uma nova forma de organização social aqui na Bahia.

Destacou-se também o levante do Malês, grande movimento que reuniu negros instruídos, escravos e libertos na tentativa de tomar o poder na Bahia no dia 24 de Janeiro de 1835. Mesmo não obtendo os ideais desejados, essa rebelião plantou ainda mais os anseios de liberdade com uma dimensão tão intensa que despertou o medo dos senhores que extraditaram para a África a maioria dos sobreviventes que participaram da rebelião, receosos da repercussão que esta revolta ocasionou.

A Constituição brasileira de 1824, outorgada por decreto imperial, não garantia aos escravos a condição de sujeitos de direitos, tampouco, a Carta Magna republicana, escrita em 1891, dois anos depois da abolição da escravatura, esta, manteve sufrágio como direito de poucos (Shumaker e Brazil, 2007, p. 315).

No período da República, houve uma aproximação da população negra as escolas, nos moldes das exigências oficiais, mesmo sem o apoio das políticas públicas. Fica patente a criação de escolas pelos próprios negros. (CRUZ, 2005 p. 56).

Na década de 80, o movimento negro envolveu-se em mobilizações para denunciar o racismo e a ideologia dominante presentes nas escolas, espaço onde deveria propagar princípios de igualdade. Foram alvos de críticas: o livro didático, o currículo, a formação de professores entre outros pontos.

A discriminação e o preconceito que os negros foram vítimas durante longos e cruéis anos, manifestam-se até hoje de maneira velada na nossa sociedade e também de maneira aberta em alguns espaços educativos. Através de um discurso preconceituoso de alguns professores que caracterizam muitos de seus alunos negros como incapazes e preguiçosos e é claro, nos veículos de informação, como o livro didático, é construída a imagem de um negro predestinado ao fracasso.

A diversidade da cultura e da etnia trazida pelos negros para o Brasil enriqueceu o nosso País. Somos hoje uma mistura de crenças, raças, cor e costumes. É uma parte da nossa história que não pode ser esquecida e nem contada de uma maneira fragmentada. Não combina convencer aos nossos

alunos que a Lei Áurea foi assinada pela generosa Princesa Isabel, como está registrado nos livros de história. Sabe-se que foram os interesses políticos, sociais e econômicos que ocasionaram tal decisão, esta e outras verdades precisam ser contadas.

Sobre isso Gomes (1995) afirma:

O aluno negro, ao ingressar na escola, além de encontrar a história de sua raça trabalhada de maneira folclorizada, ainda encontra reforços por parte do corpo docente no que diz respeito à negação de sua origem racial (...). (GOMES, 1995, p. 89)

Ressaltar as contribuições que o povo africano trouxe para o nosso País é mais que uma obrigação, é um verdadeiro dever. Torna-se necessário para a construção da identidade do povo brasileiro. Cabe a escola, assumir o papel de reparar as injustiças cometidas ao povo negro durante todo esse tempo e contar de maneira exata o que ocorreu de fato com a nossa história, promovendo uma divulgação dos direitos de todos, das diversas culturas existentes, levando em consideração toda a diversidade que existe no nosso País.

Darcy Ribeiro, em seu livro *O povo brasileiro*, mostra um relato sobre as matrizes culturais. No capítulo que é chamado de: *gestação étnica* está uma leitura sobre a contribuição cultural do negro.

Segundo Darcy:

Nenhum povo que passasse por isso com sua rotina de vida, através de séculos, sairia dela sem ficar marcado indelevelmente. Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios suplicados. Todos nós brasileiros somos, por igual, a mão possessa que os suplicou. (...) A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturados impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista. (RIBEIRO, 2006, p. 108).

Neste contexto, veio à abolição, forçada pelas pressões externas e internas dos movimentos sociais ao Governo em prol do fim da escravatura. Festejada por todo o território nacional, a abolição foi recebida pelos brasileiros com muito entusiasmo e muitas comemorações, porém ela não representava deveras a liberdade almejada pelo negro. Abandonados a própria sorte,

tornaram-se caminheiros descalços e desfalecidos, famintos esfarrapados, sem pátria, sem trabalho, sem apoio e sem esperança, vagando sem norte. Não foram preparados para viver como homens livres, e também não encontravam oportunidades para ter acesso à estrutura econômica e social do País. Acabavam se aglutinando junto a grupos de movimentos de resistência como as irmandades, nos terreiros de candomblé e quilombos, como já foi citado, numa busca constante de sobreviver e de recuperar a sua identidade e os seus direitos perdidos ao longo dos anos da escravidão.

O Brasil foi o último País a abolir a escravidão (MOURA 1988, p. 48) e ainda não preparou oportunidades para acolher os ex-escravos, pelo contrário, os mesmos não encontraram possibilidades de integração junto ao País e ainda não tinham condições de concorrer com os estrangeiros, vindos de um período de recessão europeia, em especial a italiana, exatamente no período de pós-abolição, trazidos com incentivo do governo brasileiro, tomaram o lugar de trabalho que deveria ser dos ex-escravos que então já poderiam vender sua força de trabalho para viverem dignamente, mas isto infelizmente não aconteceu e mais uma vez o Brasil saqueou dos negros a oportunidade que os mesmos tinham de viver honestamente como seres humanos neste País.

Agora livres, não encontraram da terra que eles regaram com trabalho, sangue, suor e sacrifício à gratidão merecida. O crescimento que o País alcançou, tem generosa parcela do trabalho negro escravo e o que lhes sobrou desta terra que deveria ser sua pátria mãe foi apenas a discriminação, o abandono, a crueldade e o sofrimento. Nada lhes restou a não ser refugiarem-se nos guetos, nos morros, proliferando na pobreza, gerando assim um dos grandes problemas brasileiros existentes, as favelas, aonde os mesmos continuam vítimas do infortúnio de serem rejeitados em sua própria terra.

Da saída das senzalas até a chegada a Universidade, um longo e doloroso caminho, regado por lutas e conquistas, derrotas e vitórias. Esta é a saga do povo africano aqui no Brasil. O total abandono a que foi relegado depois da abolição e a precária estrutura econômica e social brasileira são as principais responsáveis pelas atuais dificuldades vivenciadas pelo povo negro. Um povo discriminado, injustiçado, supliciado, mas que nem por isso acomodou-se com esta situação e luta ardentemente por uma vida melhor e mais justa.

CAPITULO 2- DOS MOVIMENTOS SOCIAIS A CONQUISTA DA LEI: OS LIVROS DIDÁTICOS E A IMAGEM DO NEGRO NO BRASIL.

2.1- A LEI 10.639/2003

A partir da segunda metade do século XX, os movimentos sociais passam a expressar suas reivindicações através de forte pressão política a fim de melhorar o tratamento discriminatório que recebiam no seu cotidiano. Entre eles estava o movimento social negro que buscava reconhecimento das matrizes africanas na formação da cultura brasileira.

Este movimento articulou-se bastante na Convenção Nacional do negro, que se realizou no Rio de Janeiro e em São Paulo nos anos de 1945 e 1946, quando intelectuais e ativistas afrodescendentes advogaram medidas afirmativas a favor do legado da população negra, já no final do século XX, com a terceira Conferência Mundial contra o racismo, realizada de 31 de agosto a 07 de Setembro de 2001 em Durban, África do Sul frutificou a semente a muito plantada por aqueles que doaram vidas, sacrificaram sonhos a fim de tornar o estudo de suas origens africanas e a valorização de sua cultura reconhecida por toda a população brasileira. Através destas lutas, nasce a necessidade de se legitimar uma Lei que torne obrigatório o estudo das raízes africanas.

Denunciando a desigualdade racial existente no Brasil, esses movimentos sociais, provocaram debates sobre a questão da diversidade e as diferenças culturais existentes em nosso País já que a maior parte dos saberes que formam o povo brasileiro tem origens no legado das civilizações africanas, embora haja profundo desconhecimento e ausência da história africana no Brasil na educação de nível básico e nos níveis superiores de graduação e pós-graduação.

Os currículos, programas, materiais e rituais pedagógicos privilegiam os valores europeus em detrimento dos valores de outros grupos étnico-raciais presentes na sociedade. (...) Em

consequência, as populações excluídas, podem vir a privilegiar os valores da história e cultura oficial como os únicos a serem considerados, renegando os seus próprios valores, se o processo pedagógico, o seu cotidiano e a sua cultura, não favorecer lhes oportunidades de reflexão e reelaboração". (SILVA, 2001, p. 16)

É baseado nesta desvalorização do estudo da história africana que o movimento negro aponta para a necessidade de diretrizes que orientem a formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e africanos, assim como uma articulação de uma educação comprometida positivamente com as relações étnico-raciais, tendo nos seus currículos conteúdos que reconheçam e valorizem a história e a cultura dos afrodescendentes, a diversidade da nação brasileira, ao igual direito a educação de qualidade que permita ao negro reconhecer-se na cultura nacional, expressando suas próprias visões de mundo, manifestando com autonomia seus pensamentos e desejos.

É a partir do estudo da diversidade étnico racial e do respeito com as diferenças existentes na nossa sociedade que se pode idealizar uma educação mais democrática. Referente a isto os PCNS afirmam: Pluralidade é fator de fortalecimento da democracia pelo adentramento do tecido social que se dá, pelo fortalecimento das culturas e pelo entrelaçamento das diversas formas de organização social (PCN, 1997 p. 28)

Reconhecer é também valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos de resistência negra, desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes. E é na busca incessante deste reconhecimento que nasce a Lei 10.639/2003 alterando a Lei 9.394/1996 em 9 de janeiro do ano de 2003, quando o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva finalmente entende a importância das lutas anti-racistas dos movimentos sociais negros no Brasil e dá prosseguimento a construção de um ensino democrático que incorpora a história e a dignidade de todos os povos que participaram da construção do País.

A nova Lei coloca a sociedade diante da responsabilidade de assumir a história do povo africano estabelecendo a obrigatoriedade em todas as redes de ensino, público e particular o estudo da temática "história e cultura afro-

brasileira” na educação nacional. Além disto, a referida Lei também determina uma revisão dos currículos a fim de adequá-los as novas exigências, uma melhor qualificação dos professores e o seu constante aperfeiçoamento pedagógico, e a responsabilidade da mesma a cargo do Poder executivo. Assim, é perceptível que o interesse desta Lei não é apenas introduzir os estudos sobre a cultura afro, mas também de qualificar os professores a fim de que os mesmos possam explicar o assunto para os alunos através de um verdadeiro embasamento teórico sobre o tema em questão.

2.1.1- CORPO DO ARTIGO 26 DA LEI 9.394/96:

O artigo 26 da Lei 9.394/96 (Lei das Diretrizes e Bases da Educação), com nova reforma em 09 de janeiro de 2003, ganhou nova redação, alterando o seu exposto para os artigos abaixo transcritos:

“Art. 26-A”. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre a História e a cultura Afro-Brasileira.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

Art.. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de Novembro como Dia Nacional da Consciência Negra. (Planalto, 2003)

Petronilha Gonçalves e Silva foi a relatora do parecer nº 03/2004, do Conselho Nacional de Educação, que regulamentou a Lei 10.639/03. O parecer criou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-

raciais e para o ensino da História e cultura africana e Afro-brasileira no dia 10 de março de 2004.

A tomada desta decisão de corrigir as injustiças acometidas a população negra também através de uma Lei vinculada a Educação traz uma reparação com a história do povo negro, já que estes fizeram e fazem parte da construção da história deste País, e precisam ser estudados e respeitados como tal.

As diretrizes Curriculares para a inclusão dos conteúdos da História afro-brasileira e africana apresentada na escola seguem determinados pressupostos teórico-metodológicos que auxiliam ao corpo pedagógico o desenvolvimento desta temática, como por exemplo, o fornecimento de um material didático-pedagógico específico, que desenvolva temas anti-racistas e ainda recursos auxiliares aos professores para que possam desenvolver as suas atividades combatendo qualquer tipo de preconceito ou discriminação racial que se faça presente.

Muitos professores infelizmente ainda não estão preparados para lecionarem assuntos que diz respeito à cultura africana, já que por muito tempo a narrativa desses povos foi contada de maneira diferente da realidade e na maioria das vezes estava vinculada apenas ao período da escravidão. Porém é preciso começar a prepará-los a entenderem a verdadeira história desses povos e sua grande contribuição no processo de construção de nosso País, através de bons projetos pedagógicos, logo estes docentes já estarão aptos para incorporarem em suas salas de aulas estudos da cultura afro.

Depois de estarem preparados os professores já poderão ensinar para seus alunos a importância de aceitar as diversas culturas existentes em nosso País e mostrar para seus alunos que, como afirma SILVA 2001:

(...) A diferença pode ser bela e enriquecedora, que o diferente, o distinto étnico e outros não são desiguais, é fundamental na luta pela cidadania plena. É um grande passo para a conquista da autoestima e cidadania dos descendentes de africanos que por possuírem a pele mais escura e os cabelos mais crespos, são denominados negros e são estigmatizados e excluídos. (p. 58)

Quase sem exceção os negros aparecem nesses materiais apenas para ilustrar o período escravista do Brasil – Colônia ou, então, para ilustrar

situações de subserviência ou de desprestígio social (Cavalheiro 2005 p. 96). São estas situações de desvalorização do povo negro que a lei pretende reparar. Além disso, procurar contar uma história diferente, positiva, evidenciando as qualidades da história negra é o mínimo que nós brasileiros podemos oferecer em prol do resgate da dignidade deste povo tão injustiçado.

Pensando nesses materiais para combater o racismo, o Ministério da Educação (MEC), lançou nestes últimos anos, um grande legado voltado para pesquisadores, professores e estudantes, no intuito de divulgar estudos, que auxiliem a divulgação da Lei 10.639. Nestes livros estão presentes artigos que contam a luta histórica dos negros. Há também discussões de como combater o racismo no dia-a-dia da escola, o cuidado que a mesma deve ter para não reproduzir um discurso racial, aspectos que explica a história da África, sua geografia e detalhes que foram esquecidos ou contados de maneira diferente por uma educação baseada no eurocentrismo como foi a nossa durante anos.

Já se passaram mais de dez anos, após a promulgação dessa lei e ainda permanece o desafio das escolas, professores, livros didáticos de colocá-la realmente em prática de maneira correta e eficaz, desprezando totalmente ideias e atitudes racistas que venham a prejudicar a imagem do negro na nossa sociedade. Sendo realmente levada a sério, a implementação da lei proporciona o estudo da cultura afro-brasileira a milhares de crianças negras, brancas, índias etc. Muitas dessas crianças já estão aprendendo sobre a história afro-brasileira, e entendendo que se faz necessário respeitar a diversidade de etnias presentes no nosso convívio social. Diante deste fato é possível afirmar que foi válido todo o esforço dos movimentos sociais e dos grandes intelectuais negros engajados na luta contra o racismo, que apesar de levarem mais de meio século para tornar o estudo da história africana e do povo negro na formação da sociedade brasileira, obrigatório seus esforços enfim, foram recompensados.

2.2- O LIVRO DIDÁTICO

O livro didático não é um instrumento moderno, estudos comprovam que, na metade do século XVI, já existia uma preocupação em adotar livros adequados para a prática de transmissão de conhecimentos.

No Brasil, o livro didático é controlado pelo Estado através da legislação criada em 1938, pelo decreto de nº8. 469, assim, os livros didáticos só podem ser adotados com a autorização do Ministério da Educação.

Em 1960, equipes técnicas foram formadas a fim de aprovar os livros a serem utilizados nas escolas, a partir daí a atual FAE (Fundação de Assistência ao Estudante), ficou com a responsabilidade de fazer a coedição e com o objetivo de aumentar a tiragem e a distribuição desses livros.

Em 1985, após a implantação do PNLD (Programa Nacional do livro didático), esses livros começam a ser analisados de maneira mais criteriosa.

O livro didático deveria, conforme Rangel (2001, p.13),

Contribuir efetivamente para a consecução dos objetivos do ensino de língua materna, tais como vêm definidos em documentos oficiais, como os PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais, assim é necessário que ele abstenha-se de preconceitos discriminatórios e, mais do que isso, seja capaz de combater a discriminação sempre que oportuno, (RANGEL, 2001, p.13).

Ou seja, o livro deve cumprir o papel de estimulador da cidadania, produzindo efeito contrário a todo e qualquer tipo de preconceito e discriminação dentro ou fora da escola. Porém de acordo com Silva:

O livro didático, de modo geral, omite o processo histórico-cultural, o cotidiano e as experiências dos segmentos subalternos da sociedade, como o índio, o negro, a mulher, entre outros. Em relação ao segmento negro, sua quase total ausência nos livros e a sua rara presença de forma estereotipada concorrem em grande parte para a fragmentação da sua identidade e autoestima, (SILVA, 1995, p. 47)

Isto quer dizer que, está presente na maioria dos livros didáticos, formas de discriminação ao negro, além da presença de estereótipos, que equivalem a uma espécie de rótulo utilizado para qualificar de maneira conveniente grupos étnicos, raciais ou, até mesmo, sexos diferentes, estimulando preconceitos,

produzindo assim influências negativas, baixa autoestima às pessoas pertencentes ao grupo do qual foram associadas tais “características distorcidas”. Sobre isto, mais uma vez Silva afirma: O livro didático apresenta o passado histórico e a cultura do povo negro sob forma reduzida e conveniente, quando não consegue inviabilizá-los completamente. O fato histórico mais reduzido refere-se à escravidão. (Silva, 2001, p. 51)

Por ser o principal portador de conhecimentos básicos das variadas disciplinas que compõem o currículo dentro das escolas, o livro didático torna-se um dos recursos mais usados em sala de aula, e um instrumento pedagógico bastante difundido, por isso facilita à ação da classe dominante de registrar como quer e como lhe convém a imagem do negro na sociedade brasileira. SILVA, 2001, ainda diz:

O livro didático ainda é nos dias atuais um dos materiais pedagógicos mais utilizados pelos professores, principalmente nas escolas públicas onde, na maioria das vezes, esse livro constitui-se na única fonte de leitura para os alunos oriundos das classes populares. (Silva, 2001, p. 19,)

Caberá ao professor ter a preocupação com a forma pela qual o conteúdo histórico é exposto nos livros didáticos, na medida em que possam contribuir para combater as abordagens incompletas e estereotipadas das imagens dos afrodescendentes.

Para que este tipo de imagem do negro não seja divulgado cada vez mais, é preciso tomar cuidado com os livros didáticos trabalhados, principalmente nas séries iniciais, já que nesta fase as crianças estão em processo de formação de valores e identidades, bem como a sua formação social.

2.3- O NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO

Baseada na cultura eurocêntrica, a educação brasileira desenvolve uma política de discriminação e exclusão do povo negro visto que não incluem em seus conteúdos programáticos estudos sobre essa cultura, infelizmente o nosso modelo de educação não leva isso em consideração.

Ao longo dos anos, na formação da história do Brasil, o negro foi mantido à margem da sociedade brasileira. Esta desigualdade racial é legitimada também no ambiente educacional, quando há um diferente tratamento entre alunos brancos e negros e também quando os materiais didáticos trabalhados na escola não estão voltados para desenvolver uma prática de valorização das culturas e etnias diferentes que existem em nosso País.

Sobre isto, Silva (2005) destaca:

De modo geral, ele omite ou apresenta de forma simplificada e falsificada o cotidiano, as experiências e o processo histórico – cultural de diversos segmentos sociais tais como a mulher, o branco, o negro, os indígenas e os trabalhadores entre outros. (MUNANGA apud, SILVA, 2005, p. 23)

E ainda enfatiza: Em relação à população negra, sua presença nesses livros foi marcada pela estereotipia e caricatura, identificadas pelas pesquisas realizadas nas últimas décadas (MUNANGA apud, SILVA, 2005, p. 23)

Segundo Sant'Ana (2005, p. 57), a partir de dados levantados por muitos pesquisadores sobre o racismo no livro didático, alguns pontos foram detectados e levantados, são eles:

Nas Ilustrações e textos o negro pouco aparece e, quando aparece, está sendo representado em uma situação de inferiorização comparado ao branco;

Pouco ou nada está ilustrado sobre a família negra, é como se a criança negra não tivesse família;

Os textos presentes nos livros fazem a criança pensar que a raça branca é mais bonita e mais inteligente;

Nos textos sobre a formação étnica do Brasil são mostrados o índio e o negro; o branco não é mencionado (em alguns casos) já é pressuposto;

Índios e negros são geralmente citados no passado, como se não existissem;

Os textos de história e estudos sociais limitam-se as referências sobre as contribuições tradicionais dos povos africanos.

Mediante os pontos abordados, entende-se o porquê da criança negra não se sentir na maioria das vezes representada no livro didático, tão pouco

sua família ou algo que faça parte do seu cotidiano. É neste momento, que a escola, junto com os professores, aliados a livros que tratem desta questão étnica de maneira democrática, podem trabalhar no intuito de apresentar para seus alunos negros a sua história, a sua verdadeira identidade, e a necessidade de respeitar o valor peculiar que cada povo e cada cultura possuem.

Silva (1989) complementa:

O livro didático ao vincular estereótipos que expandem uma representação negativa do negro e uma representação positiva do branco, está expandindo a ideologia do branqueamento, que se alimenta das ideologias, das teorias e estereótipos de inferioridade/superioridade raciais que se conjugam com a não legitimação pelo Estado, dos processos civilizatórios indígenas e africanos, entre outros, constituintes da identidade cultural da nação (Silva, 1989, p. 57)

Assim, as representações dos negros no livro didático estão normalmente carregadas da ideologia do grupo dominante. Esse, na maioria das vezes, não tem a oportunidade de escrever sua própria história, ou seja, a sociedade brasileira acostumou-se em ver os negros desempenharem papéis sociais subalternos e desvalorizados no contexto social. Mais uma vez Silva comenta:

O estereótipo do negro estigmatizado em papéis de baixo prestígio social contribui, em grande parte, para que as pessoas de pele clara tenham adquirido o senso comum de que os negros não têm papéis e funções diversificadas e que esse é o “seu lugar” na sociedade, bem como para que muitos negros no passado interiorizassem essa representação e aceitassem como natural a estigmatização, como o seu lugar na sociedade. (Silva, 2001, p. 14).

2.4- A POLÍTICA DO BRANQUEAMENTO

A discriminação que o negro sofre ocasiona efeitos negativos em relação à união da população do nosso País. Durante a história do nosso País, desde

quando o negro chegou ao Brasil, o colonizador tenta a qualquer custo encontrar justificativas para o fato de existir a escravidão e também para tentar tornar aceita a maneira como o negro é oprimido e marginalizado, essa desvalorização é imposta devido a uma inferiorização a qual o negro é submetido. O processo de imigração, que se iniciou antes da abolição e tornou-se intenso depois dela, tinha como objetivo impedir a entrada do negro no mercado de trabalho, conseqüentemente impedindo a sua estabilidade civil, econômica e a sua condição de cidadão.

A classe dominante alegava incompetência dos negros para exercer determinadas funções que tinham maior valor social, limitando essas funções para serem executadas pelos emigrantes brancos, a fim de que os mesmos pudessem miscigenar o País. Este processo de miscigenação fracassou, já que nem sempre a união de mestiços de pele clara com negros resulta em descendentes mais claros. Essa mistura trouxe para muitos mestiços a falta de uma identidade e de um reconhecimento para com a sua cor e os seus ancestrais, como afirma Silva:

O fracionamento da identidade, a auto rejeição, a rejeição ao seu povo, a negação do racismo aqui existente e a ausência de participação na luta pela sua destruição, significam um efetivo prejuízo para a luta por direitos de cidadania e respeito à alteridade” (SILVA, 1995 p. 34)

Assim, essa ideologia da inferiorização do negro, além de ocasionar uma autorejeição, ocasiona uma busca do branqueamento, provocando nas pessoas de pele clara um desprezo para com o negro, afastando-se dos mesmos, não percebendo que, com esse afastamento, acabam excluindo e ajudando para concretizar o extermínio cultural e físico dos negros.

Durante e depois da escravidão, coube à sociedade brasileira, através da ideologia do branqueamento, legitimar o preconceito racial e estigmatizar o negro pela sua condição marginalizada, transferindo a ele a culpa pelo seu próprio fracasso, imputando nele características negativas e inerentes de um derrotado, enquanto traz para si características positivas que lhe façam se aceitar como negro, aspirando assemelharem-se ao máximo as características da raça branca.

No século XIX, a classe dominante, baseada em teorias científicas desenvolvidas neste período, tentou internalizar no próprio negro e em toda sociedade a idéia de inferioridade natural do negro e afirmar que, era a raça branca o verdadeiro modelo de perfeição e humanidade. O estímulo à imigração europeia prejudicou a chance dos negros usufruírem da democracia, diminuindo, conseqüentemente a chance dos mesmos de participarem da política do País. Esse afastamento quase que total dos negros no desenvolvimento do Brasil gerou essa política de branqueamento que nada mais é do que uma ideologia que defende o processo de miscigenação como forma para acabar com a opressão racial.

O objetivo dessa política de branqueamento era e ainda é divulgar que o País não apresenta diferentes grupos raciais, e sim uma nação branca que pela miscigenação irá erradicar o negro da população do Brasil, como se isto fosse um objetivo velado na sociedade como um todo. Essa política se propaga mediante a maneira pela qual o negro vem sendo mostrado ao longo da história, de forma estereotipada ou inferior.

Após a Segunda Guerra mundial, a UNESCO, patrocinou uma investigação sobre a democracia racial no Brasil ao mesmo tempo foram realizados congressos de intelectuais e militantes anti-racistas sobre o negro. Essas duas ações chegaram a seguinte conclusão: existem racismo e preconceito no Brasil, mesmo que não se manifestem da mesma forma que nos EUA e África do Sul. Nesse mesmo período o Congresso Nacional aprovou a Lei Afonso Arinos que se declara continua a discriminação racial. Esta lei foi equivalente a uma confissão do nosso estado brasileiro de que há sim racismo no Brasil.

A III Conferência Mundial de combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata que aconteceu em Durban, África do Sul em 2001, formulou medidas com a intenção de combater e eliminar o racismo, preconceito e discriminação racial e outras formas de negação do ser humano. O Brasil participou e firmou compromisso mundial de acabar com essas práticas dentro do seu território, assumindo uma postura de negação do reconhecimento de uma democracia racial que o país tinha, muitos orgulho de propagar.

O ambiente escolar deveria ter como papel principal a valorização das diversas culturas existentes no nosso extenso País. Este espaço educativo, que representa uma das instâncias sociais formadoras de ideologia, está repleto de uma dura realidade em que infelizmente as diferenças étnico-culturais não são valorizadas nem se quer respeitada, pelo contrário, serve de espaço para difundir preconceitos e práticas racistas por todo o País. O mito de que o Brasil possui uma democracia racial impede de forma sistemática os grupos étnicos de conquistar o seu espaço e o seu respeito na sociedade.

E ainda o livro didático, responsável por disseminar informações, quando nas raras vezes que apresenta o negro, o faz de maneira que o mesmo aparece às margens da sociedade, este tipo de aparição remete a política de branqueamento, já que representa uma educação voltada apenas para brancos, não incluindo os negros, visto que estes não conseguem se perceberem representados nos livros didáticos.

2.5- A IMAGEM DO NEGRO NOS LIVROS DIDATICOS.

O presente trabalho aborda a história do negro no livro didático brasileiro. É importante ressaltar que, o negro no Brasil, ainda é símbolo de fracasso, violência e insucesso. Dessa forma, pretende-se analisar por que a maioria dos livros aborda tal história, somente quando trata da "abolição da escravidão" e do movimento separatista "apartheid", e mais do que isso, pretende-se verificar a história que obedece a um caráter ideológico (visão eurocentrista) e que, desde o início foi escrita de maneira a colaborar para a criação de mitos e estereótipos em torno dos negros. Ampliar o conhecimento e a compreensão sobre a História da África e dos afro-brasileiros, levando em consideração a diversidade cultural, racial e social da população brasileira. A partir daí, evidenciar as visões distorcidas e equivocadas sobre o negro no Brasil.

A escola se constitui em um instrumento reprodutor de preconceitos e práticas racistas, nem sempre explícitas, que se caracterizam, principalmente, pelo silenciamento no trato das questões étnico-culturais, tendo como suporte o

livro didático. Silenciar sobre a existência do diferente entre os quais se encontram os afrodescendentes, termina sendo uma forma eficaz e referencial positivo necessária à formação da autoestima na criança não branca.

A sociedade brasileira deixou de tratar a questão do preconceito como se fosse um tabu. Com isso, os meios de comunicação social já abordam o assunto com certa frequência e o interesse público em entender melhor o problema vem aumentando sensivelmente. Há um número cada vez maior de títulos de obras, e que analisam a questão sob os mais variados pontos de vista. Se por um lado tal constatação nos dá esperança de mudança, por outro, somos obrigados a nos curvar diante de uma realidade que ainda marginaliza e exclui o negro em todos os segmentos da sociedade.

Se considerarmos que a escola não deve ter somente o compromisso com o ensino e práticas pedagógicas, mas também com a formação integral do indivíduo, preparando-o para a vida, as ações discriminatórias nesse ambiente têm um poder degenerador imensurável na autoestima da criança não branca.

É inegável que, ao silenciar sobre a presença do negro como um partícipe atuante em nossa sociedade, ou focalizá-lo como folclórico e exótico, o livro didático contribui para a sedimentação da exclusão social desse contingente significativo da população brasileira. Isso acaba acontecendo porque a criança não branca simplesmente não se vê inserida no contexto sociocultural a que pertence. Ao mostrar situações vivenciadas apenas por personagens brancas, quase que invariavelmente integrantes da classe média, a escola brasileira se mostra feita por para os brancos.

Há inúmeras situações de discriminação racial, mas a constatação maior foi à existência de um silênciamento quase que total sobre a participação efetiva em nossa sociedade da população não branca. O que se pretende demonstrar é que, mesmo numa coleção de livro didático referendada pela SEDUC e com aprovação do MEC, não se consegue evitar a prática do silênciamento como forma de censura às referências étnico-culturais.

Para analisar a obra, objetivando constatar a prática do silênciamento na abordagem da presença étnico-cultural do negro, elaboramos alguns critérios para focar separadamente os textos e as ilustrações. Para a parte dos textos, procuramos constatar quantas vezes aparecia alusão às personagens humanas de etnias branca, negra e outras, qual o tratamento dado a cada uma

delas, bem como a presença de personagens famosas no campo da política, ciência, artes, esporte e a etnia das mesmas.

Conhece-se muito pouco da história e culturas africanas. A África é o segundo maior continente do planeta, com mais de 850 milhões de habitantes, que falam mais de duas mil línguas. Mesmo assim, em muitas salas de aulas, é objeto de referência apenas quando o assunto em pauta é a “escravidão”. A diversidade dos povos africanos e a importância dos afrodescendentes são deixadas de lado. No entanto, com a Lei 10.639/2003 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na Educação Básica, espera-se que este quadro se modifique.

A referida Lei estabelece que o conteúdo programático deva incluir o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra e o negro na formação da sociedade brasileira, resgatando assim, a contribuição do povo negro para a formação de nosso país, na área social, econômica e política.

Para grande parte da sociedade brasileira, não existe racismo no Brasil. No discurso comum, inclusive acadêmico, o que existe é um problema de classe, ou seja, o que há no Brasil é pobres e ricos. Essa argumentação, tão constante nesta sociedade, mascara a realidade da população negra do denominado mito da democracia racial e tenta amenizar o racismo, problema tão emblemático. Ser negro neste país é muitas vezes se ver e ser visto como inferior, pois para os negros foram “reservados” os piores lugares desta sociedade, conforme afirmam Santos (2002, p. 3):

Ser negro no Brasil hoje é, pois, com frequência, ser objeto de um olhar enviesado. A chamada boa sociedade parece considerar que há um lugar determinado, lá em baixo, para os negros e assim tranquilamente se comporta. Logo, tanto é incomodo haver permanecido na base da pirâmide social quanto haver “subido na vida”.

A formação miscigenada da população brasileira, somada ao racismo velado que soterra os negros, gera uma penalidade automática, fruto da discriminação. A violenta inversão de valores transporta preconceitos e exclui a população negra. Nascido inocente o negro é a priori, culpado.

Através da escola, considerada como uma instituição que se afirma como um locus de transmissão do conhecimento, por meio, principalmente, da educação, que se constitui pelos processos de humanização, socialização e formação dos indivíduos. Neste sentido, o sistema escolar encontra-se em uma relação de reciprocidade, com a sociedade, produzindo e reproduzindo os conceitos e representação nela presente.

A imagem que temos dos negros é em geral acompanhada de um estereótipo, como é o caso dos livros didáticos. O livro didático desempenha um papel significativo na formação ideológica e cultural do cotidiano escolar, seus textos e imagens passam a ser um referencial para os alunos em formação escolar.

O livro didático tem sido, desde o século XIX, o principal instrumento de trabalho de professores e alunos, sendo utilizado nas mais variadas salas de aula e condições pedagógicas, servindo como mediador entre a proposta oficial do poder e expressa nos próprios currículos e o conhecimento escolar ensinado pelo professor. (BITTENCOURT, 1997)

Analisar as representações dos negros nos atuais livros didáticos requer entender o que são representações. Consoante Le Goff, representação é uma tradução mental da realidade percebida. A representação é uma expressão do pensamento, ela se manifesta por imagens e discursos que pretendem oferecer uma definição da realidade. Mas é preciso compreender que tais imagens e discursos sobre o real não são exatamente o real, não são expressões literais. (PESAVENTO, 1995, p. 15). Com base em Chartier (1991, p. 177) afirmamos não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é deles.

No livro didático, as ilustrações têm como função desencadear um processo discursivo através do estímulo visual, e uma vez que seja acompanhada de legenda ou guarde relação com algum texto próximo a ela, a ilustração contribui para o entendimento do texto e para a construção de conceitos (OLIM; MENEZES, 2007, pág. 1).

As representações impressas nos livros didáticos de História do Brasil reproduzem apenas cenas dramáticas: castigos corporais, fugas e torturas. As

imagens podem ser interessantes, mas relega aos escravos o papel de agente absolutamente passivo. Sem movimento próprio, sem nenhuma possibilidade de autonomia, transformando-se num ser desprovido de qualquer ação humana.

O problema étnico-racial contribui para um cotidiano prejudicial à população negra, influenciando diretamente na formação de uma identidade distorcida, pautada por uma negação de si e de seu semelhante, refletindo, muitas vezes, na trajetória escolar. Munanga (2005, p. 16), ao refletir sobre as relações étnico-raciais na escola, destaca que:

O preconceito inculcado na cabeça do professor e sua incapacidade de lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado. O que explica o coeficiente de repetência e evasão escolar altamente elevado do alunado negro, comparativamente ao alunado branco.

A partir desse discurso, a violência física e simbólica sofrida cotidianamente por estudantes negros nas escolas proporcionam o retardo e a evasão. É importante reconhecer a diversidade étnica, cultural, linguística e religiosa dos povos africanos que deram origem aos afrodescendentes. Isto se torna fundamental para superar visões preconceituosas e dar oportunidades aos negros em geral de escrever sua própria história.

CAPÍTULO 3- A PESQUISA

3.1- O LIVRO DIDÁTICO NA FORMAÇÃO DO PENSAMENTO SOCIAL E CULTURAL NO BRASIL

O trabalho de pesquisa analisou também as representações do negro nos livros didáticos atuais de História do Brasil, presentes na coleção de livros do Projeto Araribá fornecido pela SEDUC/AM, PNLD 2011 a 2013, uma obra coletiva, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna, tendo como editora responsável, Maria Raquel Apolinário.

Na seleção das imagens priorizaram-se aquelas em que aparecem pessoas negras nos livros didáticos, tais como ilustrações, a reprodução de pintura, fotografias, charges, litogravuras, desenhos, etc. Nas gravuras, os negros foram identificados através da informação das legendas, a partir de traços instantaneamente reconhecíveis, aspectos geralmente aceitos como padrão para essa etnia. Além da cor da pele, que provavelmente seja o sinal mais evidente na identificação, também indícios mais sutis, como cabelos, lábios, tipo corporal, nariz, vestimenta. A partir da quantificação das imagens foi identificado o período histórico em que elas estão associadas e o assunto abordado no livro didático.

Na sequência realizamos uma divisão de representação de imagens por categorias: aquelas que mostram o negro trabalhando, sendo castigado, sendo comercializado, em manifestações públicas, sendo retratado, em momentos de lazer, e outros. O fato dos africanos estarem presentes nos livros didáticos sempre na condição de escravos, além de suprimir a sua rica contribuição no processo civilizatório universal, ajudar a introduzir um complexo de inferioridade no aluno afrodescendente que retarda inclusive seu desenvolvimento escolar. A visão eurocêntrica na História não atinge apenas o aluno afrodescendente, mas afeta o alunado como um todo, pois a contribuição negra é fundamental para a compreensão de uma nação miscigenada e da formação da identidade nacional.

A análise a seguir prioriza o livro didático do Projeto Araribá, 8º ano, componente curricular de História, 1ª edição, São Paulo, 2006. Obra desenvolvida e produzida pela Editora Moderna e a editora responsável Maria Raquel Apolinário Melani. O projeto gráfico e a capa foram feitos por Sandra Botelho de Carvalho Homma, foto: Detalhe do Anjo com cálice, Passos da Paixão, obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, final do século XVI. Congonhas do Campo-MG. A pesquisa iconográfica é de Ana Cláudia

Fernandes, Rachel Hoshino, as imagens identificadas com a sigla CID foram fornecidas pelo Centro de Informação e Documentação da Editora Moderna.

Os pressupostos metodológicos da coleção: os livros da coleção apresentam um desenvolvimento cronológico e integrado, em que se combina o estudo da história do Brasil com o estudo da história geral. Essa abordagem cronológica proporciona ao professor e ao aluno a necessidade de utilizar um sistema de datação que permita localizar acontecimentos no tempo, identificar sua duração e relacioná-los segundo critérios de anterioridade, simultaneidade e posterioridade.

Nesta coleção evidencia-se a importância do tempo e a datação para os estudos históricos através de linhas do tempo, tanto nas páginas de estudo dos temas quanto nas atividades e Monografias da seção Em Foco. Esse detalhe reflete a preocupação em articular os conteúdos de história geral e do Brasil, permitindo que se percebam as semelhanças e as particularidades de diferentes processos históricos.

As unidades da coleção apresentam a seguinte estrutura: Apresentação: texto introdutório do tema da unidade trabalha a relação história entre o passado e presente ou busca situar um problema a ser aprofundado ao longo do conteúdo.

Os Temas desenvolvidos no volume do 8º ano:

Unidade 1: A Inglaterra absolutista e as treze colônias

Unidade 2: A época do ouro no Brasil

Unidade 3: Revolução Industrial

Unidade 4: Revoluções na América e na Europa

Unidade 5: A era de Napoleão e a independência da América espanhola

Unidade 6: A independência do Brasil e o Primeiro Reinado

Unidade 7: Revoluções agitam a Europa

Unidade 8: Brasil: da Regência ao Segundo Reinado.

A organização dos conteúdos deste livro didático tem em vista objetivos básico como permitir que os alunos construíssem uma ideia clara dos acontecimentos e de sua sucessão no tempo; desenvolver a competência leitora, fundamental para a formação integral dos estudantes; e promover o desenvolvimento do juízo crítico e de uma atitude solidária na vida social. As seções do livro, além de atender a esses objetivos essenciais, desenvolvem

competências e habilidades cognitivas necessárias ao trabalho com conteúdos históricos. O texto básico desenvolve o conteúdo histórico da unidade em linguagem apropriada ao universo dos alunos, tendo como fundamento a bibliografia apresentada no final do volume.

As unidades são introduzidas com uma dupla de páginas que tem como objetivo motivar os alunos para o estudo da unidade e levantar conhecimentos prévios relacionados aos temas que serão tratados. Todas as aberturas trazem uma imagem representativa do conteúdo central da unidade, pode ser um painel, uma ilustração, um mosaico de fotos, um mapa pictórico ou um quadro cronológico. Ao lado da imagem tem um texto motivador, que possibilita relacionar o tema a algumas questões da atualidade. Nesse livro do 8º ano encontram-se questões consideradas centrais para o entendimento de cada tema, devendo ser respondidas ao término do trabalho com a unidade.

As páginas de Estudo dos temas apresentam, de forma clara e simples, os fatos e conceitos fundamentais. O olho, abaixo do título geral da dupla de páginas e escrito em vermelho, facilita a compreensão das ideias principais. O sistema de títulos hierarquiza as ideias principais e permite que os acontecimentos históricos sejam entendidos com clareza. Glossários, imagens e ampliações do conteúdo são oferecidos na coluna lateral ou na própria mancha. Quadros cronológico e organogramas complementam e enriquecem as informações, permitindo visualizá-las e relacioná-las com clareza. Deste modo, este livro didático, procura apresentar os conteúdos necessários para o entendimento do tema geral, evitando apresentar um volume excessivo de informações, que penalizam a compreensão e levam à dispersão. As informações estão disponíveis em parágrafos e blocos de texto não muito longos, que tendem a estender no decorrer do trabalho de leitura e aquisição de conhecimentos.

Segundo o historiador Marc Bloch, a história é a “ciência dos tempos”. Com essa definição, ele destacava dois elementos essenciais da história: o seu caráter humano e as relações que passado e presente mantêm ao longo da história. Os conteúdos deste livro didático refletem sempre as diferentes leituras que o presente faz do passado, as constantes revisões, falhas, perdas e descobertas. Deste modo, possibilita que o professor retome com os alunos os assuntos da introdução e discuta para que serve a história, como ela é

elaborada, a relação que ela estabelece com outras áreas do conhecimento, a importância das fontes históricas e a função da cronologia e das várias dimensões de tempo nos estudos históricos.

Compreender os fundamentos da história significa poder fazer uma melhor leitura do mundo contemporâneo. Mais do que isso, possibilita ter instrumentos sólidos para interferir e modificar a realidade em que vivemos.

Dois tendências têm marcado o campo do ensino da história no que se refere ao uso de imagens como fonte documental: uma que valoriza os aspectos puramente formais e o conteúdo da imagem; outra que privilegia o contexto em que foi produzida. Sem entrar nas discussões que opõem uma a outra corrente, consideramos ser de extrema importância, para efeitos didáticos, a conjugação desses dois aspectos.

Num primeiro momento, o professor deve conduzir o aluno a aprender a olhar, observar com atenção e perceber detalhes, tais como as cores e as formas utilizadas, os elementos e sua disposição no espaço. Quando se trata da representação de pessoas, deve identificar os personagens presentes na imagem, a relação entre tais elementos e sua disposição no espaço. Quando se trata da representação de pessoas, deve identificar os personagens presentes na imagem, a relação entre eles, etc. Isso não deve, contudo, cercear suas impressões mais gerais a respeito da imagem. Ao contrário, é do primeiro impacto provocado por ela que devem derivar as observações. No caso de uma imagem de negros, o aluno deve ser levado a perceber quais elementos formais e de conteúdos provocaram a análise e reflexão.

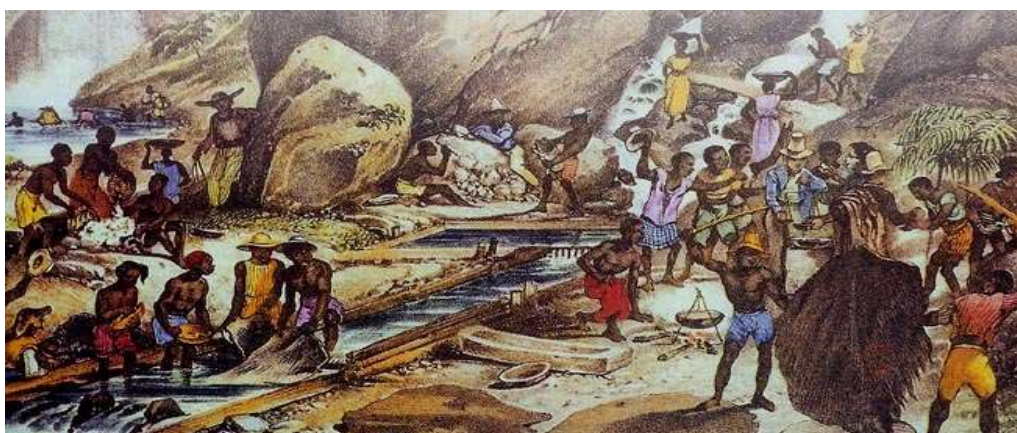
3.2-ANÁLISE DA IMAGEM DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO

As imagens do livro didático: aparecem no corpo do capítulo e permitem o enriquecimento das discussões em sala de aula. A idéia é que eles não apenas ilustrem o conteúdo, mas dialoguem com o texto e sejam objetos de análise por parte do aluno. Assim, em legendas, são propostas para estimular o aluno a ler e interpretar diferentes imagens, produzir textos e desenvolver

procedimentos de pesquisa. Lidar com fontes e linguagens diferenciadas, principalmente visuais, requer certas habilidades, as quais podem ser desenvolvidas pelo exercício constante do olhar, que envolve observar, identificar e compreender o significado.

Algumas das atividades propostas envolvem a comparação de documentos ou imagens de diferentes períodos, a fim de levar o estudante a compreender o significado das transformações históricas e o conceito de tempo histórico e a perceber as relações entre ruptura e permanência e entre simultaneidade e sucessão no tempo.

IMAGEM 1: Ouro de aluvião



Fonte: Gravura de Rugendas: *Lavagem de ouro de Itacolomi*, século XIX, da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, tirada do livro de História – Projeto Araribá, pág. 40.

Nesta imagem, que se encontra no lado esquerdo do livro, além de um texto enorme explicando em que consistia no ouro do aluvião ela fica disposta no final da seção da página de 15cm, e a imagem possui apenas 4cm. Verifica-se a enorme disparidade de tamanho entre texto e imagem. São imagens muito pequenas e que reforçam a idéia do negro como escravo submisso e desempenhando funções na sociedade aurífera brasileira.

A iconografia, seja uma fotografia, a reprodução de uma obra de arte (pintura, escultura, gravura, desenho) ou uma caricatura, por exemplo, em suas diversas técnicas e suportes, é um documento histórico tão importante quanto a documentação manuscrita ou impressa.

Há um ponto comum entre a documentação iconográfica e a escrita: ambas são fundamentalmente, representações da realidade, ou seja, expressão versões dos eventos históricos.

Considerando que o poder da síntese e as balizas de interpretação ficam prejudicados pela fragmentação e superficialidade do saber, o filósofo francês Edgar Morin vê na cultura midiática não apenas o alimento, mas também o atrofiamento da vida (alienação, fragmentação, passividade, tédio, solidão, frustração crônica, mistificação, vida cotidiana como uma ficção, produção de fantasmagorias, embotamento da capacidade criativa e crítica).

O historiador Eduardo França Paiva, ao trabalhar com pinturas, desenhos, e imagens gravadas ou esculpidas como fonte histórica alerta-nos sobre a necessidade de o educador abordar as expressões da oralidade e da visualidade com o mesmo rigor e cautela com que são tratadas as escrituras, ao mesmo tempo em que ressalta a importância da História como ferramenta para nos auxiliar a realizar o exercício do questionamento diante das “verdades” prontas:

A imagem bela, simulacro da realidade, não é a realidade histórica em si, mas traz porções dela, traços, aspectos, símbolos, representações, dimensões ocultas, perspectivas, induções, códigos, cores e formas nela cultivadas. [...] Mas a História é isto! É a construção que não cessa, é a perpétua gestação, como já se disse, sempre ocorrendo do presente para o passado. (FRANÇA PAIVA, 2002, p. 19)

Podemos encontrar representações plenas de sentidos e de figurações de memória que integram o imaginário social e cultural em muitos outros suportes documentais: uma receita culinária, um relato memorialístico ou literário, a poesia, a escultura, fotografias, roupas, gestos, ritos, mitos, fábulas, sonoridade, dança, teatro, os traçados e as legendas de um mapa antigo; todas essas representações são formas de conhecimento.

IMAGEM 2: O batuque



O batuque praticado durante o Brasil do século XIX, em pintura de Johann Moritz Rugendas¹.

Analisando a imagem que se encontra na proporção 10x10cm no livro de História do 8º ano, não encontramos nenhuma explicação histórica da imagem, apenas uma pequena frase no canto inferior. É nítida, a não participação do negro no contexto histórico que esses autores destacam ao construir um capítulo de livro. Porque ao invés de apenas ressaltar a prática do batuque, esses autores não abordam de forma mais crítica à cultura desses povos, a origem do samba na sociedade brasileira como forma de valorizar os povos afrodescendentes.

O samba surgiu através de uma mistura de ritmos brasileiros com africanos. Sua execução conta tanto com instrumentos de percussão (tambores, surdos e timbau), como também com instrumentos de corda (violão e cavaquinho). Sua origem foi na época do Brasil Colônia, trazidos por escravos recém-chegados da África. O significado da palavra samba não é conhecido ao certo, porém, há vestígios de que o termo originou-se da palavra “semba”, nome de um ritmo religioso angolano.

Já no século XIX, o samba predominava em todo território brasileiro. Mais tarde o ritmo tomou conta das ruas e espalhou-se através do carnaval, porém foi na década de 1930, época de difusão do rádio nacional, que o ritmo

¹<http://pt.wikipedia.org/wiki/Samba> acesso maio 2019.

passou a ser veiculado para os lares do país. O primeiro samba gravado no país foi “pelo telefone”, no ano de 1917, cantado por Bahiano e de autoria dos compositores Mauro de Alemida e Donga.

Em outro, momento deparamos com a imagem 3 que trata sobre a prática da capoeira, outro ponto crítico de nossa análise, que mais uma vez encontra muitas lacunas e falhas nas competências didáticas propostas. Vejamos a seguir algumas possibilidades de trabalho pedagógico a partir deste tema.

Imagem 3: A capoeira



Fonte: http://www.ascamor.org.br/images/capoeira_pintura.jpg

A história da capoeira começa no Brasil, no século XVI, pois se relaciona com a mão de obra escrava africana que foi muito utilizada principalmente nos engenhos do Nordeste. Os escravos estavam proibidos, pelos senhores de engenho, de praticar qualquer tipo de luta, por esse motivo, eles utilizaram ritmos e movimentos de suas danças africanas para criar um tipo de luta, surgindo assim a capoeira, uma arte marcial disfarçada de dança. Era importante saber lutar, porque dessa forma eles poderiam se defender, por exemplo, dos capitães do mato.

A prática da capoeira ocorria em terreiros próximos às senzalas e, além de defesa, servia para a preservação da cultura, para o alívio do cansaço do trabalho e para a manutenção da saúde física. Muitas vezes as lutas ocorriam em campos com pequenos arbustos chamados de capoeira ou capoeirão. Do nome desse lugar surgiu o nome da luta. Até o ano de 1930, a prática da capoeira ficou proibida no Brasil, pois era vista como violenta e subversiva. No entanto, foi nesse mesmo ano que um importante capoeirista brasileiro, mestre

Bimba, apresentou a luta para o então presidente Getúlio Vargas. O presidente gostou tanto desta arte que a considerou um esporte nacional.

O conhecimento histórico pode ser elaborado por meio de relatos de opressão, destruição e tragédias, mas também de poesia, arte e resistências culturais e, permeando todas as perspectivas, de complexidade e contradições próprias a qualquer trajetória humana. Nesse processo dinâmico e contínuo, o fazer do educador de história se vale não apenas de fontes textuais e orais, mas também das fontes imagéticas, cujas linguagens nem sempre são passíveis de serem traduzidas verbalmente.

Imagem 4: O pelourinho



Fonte: Jean Baptiste Debret .
Aplicação de Castigo, c.
1834-1839. Litografia à mão -
Acervo Museu Afro Brasil
<http://www.museuafrobrasil.com.br>

O pelourinho era o pesadelo dos escravos no Brasil. Tratava-se de uma coluna de pedra ou de madeira, erguida em praça pública, na qual os negros que cometiam infrações eram presos e açoitados. Os primeiros exemplares foram construídos em 1558. Com o escravo amarrado ao poste, o homem do açoite, chibata na mão, aplicava a pena. O sangue escorria das costas e dos membros do condenado. Para abafar seus gritos, tambores rufavam, atraindo a atenção dos passantes. Muitos não resistiam e morriam ali. O Largo do Pelourinho, em Salvador, tem esse nome porque, no século XIX, era um local de tortura.

Conforme a análise da imagem 4, que destaca os castigos físicos aplicados aos negros, ela reforça a ideia de estas imagens estão dispostas no livro em tamanho maiores como por exemplo, de 20cmx10cm e que os autores preferem ilustrar as torturas, a submissão e a imagem do negro com teor de inferioridade.

Nesse sentido a função do educador é essencial. Faz-se preciso cada vez mais tornar-se um mediador desse processo, auxiliando os alunos a ler diferentes suportes informacionais, a lutar contra a naturalização e a banalização da imagem, com vistas às construções de visões pessoais críticas dos signos, símbolos, alegorias, imagens e letras que representam o mundo e suas ideologias.

[...] Misturai-vos à vida. À vida em toda a sua variedade. Historiadores, sede geógrafos. Mas vivei também a prática. Não vos contenteis em contemplar a orla, preguiçosamente, o que se passa no mar da fúria [...]. Entre a ação e o pensamento não há separação. Não barreira estanque. É preciso que a História deixe de vos aparecer como uma necrópole adormecida, onde perpassam apenas sombras despojadas de substância. (FEBVRE, 1978, p. 8)

Instigados pela necessidade de vencer as barreiras do hermetismo científico e do saber compartimentado, educadores nas aulas de História precisam enfrentar os desafios lançados nas unidades do livro didático: as linguagens tecnológicas, os desenraizamentos comunitários, a consolidação de um modelo de vida voltado à promoção dos desejos individualistas, que se dá por meio de uma nova relação e concepção com o tempo social (a temporalidade do agora, do novo, do presente prevalecendo seu eixo integrador do passado fundador, da tradição e da coesão comunitárias). Nesse sentido, o passado torna-se muitas vezes uma dimensão de estranheza.

Historiadores e educadores deparam-se inevitavelmente com a dispersão, fragmentação e fragilidade no registro das imagens nos livros didáticos e com o fato de que aquilo que com aquilo que podemos visualizar do passado não apenas está pulverizado em narrativas diversificadas, mas também ser constantemente reelaborado e revisto através do olhar do presente e de estratégias e exercícios de poder.

Educadores e professores possuem um papel fundamental nesse processo de análise das imagens do negro no livro didático, de releitura e construção do passado e de vinculação às questões cotidianas do presente como possibilidade de resgatar a dimensão básica da cidadania. Não se trata de resgatar “os vencidos” e sacralizá-los da mesma forma com que “os vencedores” foram tratados pela historiografia tradicional, mas de buscar

ressaltar os conflitos, as multiplicidades de realidades sociais e as dimensões vividas que ultrapassam as bibliotecas e as salas de aula.

Através não apenas das imagens, mas de fragmentos de textos o professor pode e deve conduzir o aluno para que ele adquira consciência histórica, de analisar imagens de diversas categorias, textos de época e a partir destes mecanismos produzir conhecimento. Vejam a seguir como a partir de um documento podemos tirar a passividade do negro e mostrar que eles resistiam de diversas formas à escravidão.

Ver que os senhores têm cuidado de dar alguma coisa dos sobejos da mesa aos seus filhos pequenos, é causa de que os escravos os sirvam de boa vontade, e que se alegrem de lhes multiplicarem servos e servas. Pelo contrário, algumas escravas procuram de propósito aborto, para que não cheguem os filhos de suas entranhas a padecer o que elas padecem. (De André João Antonil. *Cultura e opulência do Brasil*, 1711)

Algumas formas de resistência negra contra a escravidão eram as fugas, assassinatos de feitores e senhores, banzo, formação de quilombos, feitiçaria, revoltas, destruição das plantações, infanticídio, suicídio, automutilação, etc.

Trata-se ainda de um apelo para a construção de pontes: de aproximação com o universo infantil e juvenil, da promoção do conhecimento por mão dupla, da atuação criativa e política com o espaço que habitamos, de afirmação das diversidades culturais, em lugar do sempre igual, dos reducionismos históricos, de uma dada concepção de tempo linear que aprisiona e produz a sensação de deslocamento e inadequação de identidade. Essas questões podem servir de ponto de reflexão sobre a qualidade de relações educacionais, sociais e culturais no interior da escola e contribuindo na formação de sujeitos singulares, cidadãos, construtores de conhecimento, produtores de sentidos, sujeitos de memórias e de questionamentos.

Considerações de imagens que reforcem a submissão, a escravidão e preconceito ao negro encontra-se na pág. 52-53 um detalhe que faz-se necessário ressaltar a possibilidade de diferentes interpretações, o quadro chama-se: Análise de imagens, e o tema é sobre O mito Chica da Silva. O primeiro texto, Poder e sensualidade, e o segundo, Mulheres Alforriadas, trazem perspectivas diferentes sobre a questão de gênero em Minas Gerais.

Imagem 5: O mito Chica da Silva



Chica retratada na mídia



O outro lado do mito, Chica da Silva



Quadro de Marcial Ávila, parte do painel da série "7 vezes Chica" mostrando a visão do artista sobre Chica da Silva.

A ex-escrava Francisca da Silva viveu no Brasil durante o período colonial da mineração, no século XVIII. Ela foi casada não oficialmente com o contratador de diamantes João Fernandes de Oliveira. Conhecida como Chica da Silva, foi retratada pela mídia, novelas, séries e filmes como um símbolo de devassidão e lascividade sexual. No entanto a realidade foi bem diferente.

As diferentes visões sobre Chica da Silva, as imagens, do negro como objeto exótico e possibilidade de mobilidade social na sociedade mineradora, detalhe imprescindível que não acontecia na sociedade açucareira. Ao tratar do tema percebem-se entre os alunos as risadas, o olhar de preconceito e até certas palavras de teor pejorativo quando se tratou de Chica da Silva. Com esse olhar de “estranhamento” direcionou-se para uma nova interpretação das imagens e proporcionou-se aos alunos a mudança de conceitos, de opiniões sobre a Chica da Silva.

As propostas de trabalho desta seção é estimular o aluno a ler e a interpretar diferentes fontes, produzir textos e desenvolver procedimentos de pesquisa. Além deste ponto positivo nesta coleção, também no Guia de Recursos Didático, exclusivo do professor, encontra-se muitos fragmentos de documentos históricos, sobre vários temas interessantes, como o batuque negro, a repressão e as diferentes estratégias utilizadas pelos negros no Brasil.

Algumas denominações encontradas no livro didático do projeto Araribá estão impregnadas de significados ideológicos. A escrita didática é um relevante ponto de análise, é nela que se procura apropriar os termos e conceitos mais adequados evitar aqueles que foram historicamente forjados em contextos de dominação e exclusão e cujo uso reforça naturalizações. Conceitos generalizantes de raça, cultura, nação, identidades, assim como as periodizações clássicas da historiografia brasileira e mundial, constituem modelos ou camisas de força teóricas, limitadores não apenas da multiplicidade e das variações que as práticas sociais e econômicas e culturais e políticas encerram, mas também da percepção de que as categorias não são lineares, estáticas, neutras, são produtos do conhecimento, são construções históricas e historiográficas e, como tais, podem nos informar a respeito das motivações ideológicas envolvidas nessas construções e na opção discursiva por determinados conceitos e expressões.

A partir dessa visão, na sequência textual e de imagem verifica-se constantemente essa utilização inadequada, exemplo disso, na página 45, do item personagem: “os escravos na mineração” deixa bem explícito essa denominação. Para denominar os africanos e seus descendentes aprisionados e comercializados no tráfico transatlântico para produzir riquezas em território colonial americano entre os séculos XVI a XIX, deveriam utilizar os termos

cativo ou *escravizado* em vez de **escravo**, para que evitasse a naturalização da condição que o termo escravo carrega. Para além dessa preocupação, a imagem é muito reduzida e não integra objeto de preocupação didática, nesse caso específico nossa abordagem problematiza as complexidades das relações na sociedade (colonial e imperial de nosso território) de domínio senhorial, sem “vitimizar” e desistoricizar os escravizados de seu papel de sujeito da História.

A cultura afro-brasileira é o resultado do desenvolvimento da cultura africana no Brasil. Veja, por exemplo, a influência africana no folclore brasileiro, na culinária, na música, no artesanato e na configuração da cultura que substituiu a cristã europeia, predominante no período colonial.

A religião africana é marcada pelo politeísmo e pelos rituais para agradecer ou pedir aos deuses a realização de desejos. Ao serem trazidos para o Brasil, muitos grupos mantiveram suas tradições e, mesmo na condição de escravizados, conseguiram preservar o candomblé, a umbanda, a quimbanda e a mandinga, seus cultos de origem, as práticas religiosas entre os escravizados não foram fáceis. Para Silva,

A Igreja católica e os jesuítas perseguiram cada expressão religiosa deferente de seus ensinamentos. Nos séculos XVI e XVII, diversas vezes a Colônia recebeu a visita do Santo Ofício com o objetivo de punir hereges. Por isso, tanto negros quanto índios acabaram sincretizando seus cultos ao dos cristãos, dando às suas cerimônias uma feição Católica. (Silva, 2008.p.40)

A diversidade étnica verificada no Brasil decorre do processo de miscigenação entre colonos europeus (portugueses), indígenas e africanos. A cultura brasileira, por sua vez, apresenta fortes traços tanto da cultura indígena, africana, e portuguesa. Desde a culinária, onde se verifica o vatapá, o caruru, mungunzá, acarajé tudo bem apimentado; a religião, a dança, a música, a estética, os valores sociais e a estrutura mental. Assim, torna impossível não percebermos a influência da cultura dos povos africanos no Brasil.

Em consequência da discriminação e do preconceito contra pessoas afrodescendentes, o racismo já está interiorizado em nossa sociedade. Dessa forma, a identidade nacional foi e

continua sendo construída sem a devida valorização da cultura negra, o que pode ser comprovado pelo fato de que é comum percebermos, hoje, a sua negação, inclusive pelos próprios afrodescendentes, os quais se julgam, muitas vezes, de raça inferior à do branco (CAVALLEIRO, 2001).

A cultura de um país é formada pela cultura de cada um dos seus habitantes. O que nós herdamos dos africanos? Sabemos que é impossível mensurar a quantidade exata dessa influência, mas tentaremos discorrer brevemente sobre algumas delas.

Como temos visto a influência da história cultural da África é muito nítida na cultura do nosso país, não podemos citar um percentual, mais aquilo que hoje consideramos como cultura brasileira, identidade cultural nacional, ou qualquer conceito do gênero a partir do momento em que o primeiro escravo africano pisou em solo tupiniquim, é claro que todas as demais levas de emigrantes ajudaram a formar uma ampla, complexa e única cultura nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou refletir sobre a imagem que formamos da presença negra em nossa sociedade, considerando os recursos que se apresentam hoje, buscou-se pesquisar através da amostra selecionada nesse trabalho se há realmente uma preocupação para que se mude esta imagem que se tem dos negros.

Cabe a nós enquanto agentes participativos da sociedade, ir além de uma simples cor da pele, é preciso que haja compreensão no que se refere há fatores que levam a formar uma sociedade. Pois é um processo de grande responsabilidade social e cultural, reconhecer o papel do negro na construção da sociedade brasileira.

O livro didático tem um papel fundamental no impulso desse reconhecimento, tendo em vista um grande potencial de tornar o espaço de

aprendizagem em um ambiente propício para sanar as dívidas morais e pessoais com os negros, após tantos anos de escravidão sofrida no país.

Através do reconhecimento mais que merecido do negro, o mesmo pode fazer com que esse novo olhar para a sua história, consiga agregar em um novo e menos doloroso significado para a escravidão, o que acredito talvez não seja possível. E a sociedade cabe uma nova instrução de como agir perante este novo reconhecimento, para quem sabe assim, a mesma pose também ser restaurada.

A lei aqui exposta revelou que toda prática adotada com relação à disciplina de História e Cultura da África, vem ocorrendo de forma lenta, já que esta lei é mais teórica do que prática. Isto devido a esta imagem pejorativa e sempre diminuída do negro, imagem esta que foi sendo formada desde a chegada dos mesmos aqui no Brasil. Ficou explícito que pouco se ensina sobre a participação negra na formação de nossa sociedade.

Nesse sentido o livro didático contribui para esse pouco aprendizado, sendo que o mesmo é muito limitado, ou melhor, deficiente, principalmente quando se refere à história do Brasil. Por isso não é possível negar que esse precisa ser reformulado.

Os resultados dessa pesquisa permitem inferir que este pensamento social e cultural em que a sociedade está moldada, em muitos momentos utiliza da escravidão para justificar seus preconceitos e exclusões, tentando assim, diminuir o peso na consciência de um país que foi criado em cima das cicatrizes ainda expostas, senão no corpo, na alma dos negros, herança que a escravidão deixou.

Alguns problemas foram apontados, como as dificuldades em se aplicar na prática a lei 10.639, diante da precisão em utilizar o livro didático. Entretanto, se torna difícil trabalhar a disciplina dentro do contexto histórico ao qual o conteúdo está inserido no livro didático.

O destaque é dado para a grande contribuição que a cultura negra cedeu gentilmente a cultura brasileira. Sua música, seu tempero, sua ginga. Estes e muitos elementos que fizeram da cultura brasileira o que ela é hoje. Uma grande e bela mistura de raças. Além disso, fica evidente a necessidade em se aumentar as expressões culturais ao redor do país, para que assim, se possam ser representados tudo o que de bom, a cultura negra acrescentou à

brasileira, quem sabe assim, este pensamento tão pequeno com relação aos negros comece a ser desmanchado.

Pois este pensamento tão pequeno é semelhante a um nó, que foi amarrado tão apertado, com o propósito de que nenhum olhar novo fosse possível de penetrar. Herança essa, que está arraigada na sociedade brasileira desde a primeira colonização portuguesa.

Isso fica claro quanto à simples menção de se ignorar a história real dos negros na história do Brasil, seja na versão oficial, seja no livro didático, ou até mesmo em uma simples redação escolar. Ainda é clara, a objeção com a mudança deste tema, tendo em vista uma história do Brasil contada séculos, onde se enaltece o branco e se marginaliza o negro.

As mudanças assustam, mas nem sempre mudar é ruim, principalmente quando se diz respeito a reconhecer o que se está errado, mesmo com mais de cem anos de atraso. Para o caminhar desta conclusão, esta pesquisa buscou evidenciar a importância que a imagem do negro, formada ao molde da escravidão, contribuiu para a formação do pensamento social e cultural da sociedade brasileira. E como isto veio se perpetuando através dos anos, o que felizmente com a colaboração da lei 10.639 se cria uma nova perspectiva para novos olhares e novos rumos que o entendimento da história possa vir a ter. Embora, as consequências dessas histórias relatadas, ainda sejam predominantes em uma sociedade totalmente abastada da realidade em que os negros foram inseridos na História do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES; Magda. **Como escrever teses e monografias (um roteiro passo a passo)** 5ª impressão: Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

ANTONIL, João André de. *Cultura e opulência do Brasil, 1711.*

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação**. Editora Moderna 1996.

BITTENCOURT, Circe. **Livros didáticos entre textos e imagens**. In: _____ (Org.). **O saber Histórico na sala de aula**. São Paulo, Contexto, 1997.

BRAGANÇA, Angiolina Domanico. **Porta Aberta: alfabetização**. Angiolina Bragança, Isabella Carpaneda. 2. Ed. – São Paulo: FTD, 2005.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira**. D.O.U. de 10.1.2003.

BRASIL, **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. Brasília, 1997 p. 14.

CHARTIER, R. **O Mundo como Representação**. Estudos Avançados. São Paulo. v. 11, n.5, p. 173-191, 1991.

CHIAVENATO, Julio Jose. **O negro no Brasil. Da senzala a abolição**. JULIO, Jose. Chiavenato- São Paulo. Moderna, 1999. (coleção polemica).

CROCHIK, José Leon. **Preconceito: indivíduo e cultura**. São Paulo: Robe, 1997.

DEMO, Pedro. **Avaliação quantitativa**. São Paulo: ed. Cortez, 2003.

DISCINI, Norma; TEIXEIRA, Lucia. **Leitura do mundo**. São Paulo: Editora do Brasil, 1999.

FERRO, Marc. **A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação**. Tradução: Vladimir Araújo, São Paulo: Ibrasa, 1983.

FLORENTINO, Manolo. **Ensaio sobre escravidão**. Minas Gerais: UFMG, 2003. ISBN 8570413661.

FRANÇA PAIVA, Eduardo. **História & Imagens**. Belo Horizonte, Autêntica, 2002.

FREIRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 21 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

_____. **Casa-Grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51ª Ed ver. São Paulo: Global, 2006.

FREITAG, Bárbara. **O livro didático em questão**. São Paulo: Cortez, 1997.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Chica da Silva e o contratador dos diamantes - o outro lado do mito**. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIORDANI, Mario Curtis. **História da Grécia**- 7ª Ed. Petrópolis, RJ 2001, Editora Vozes.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995 p. 89.

LUCIEN Febvre, citado por Carlos Guilherme Mota (org.). **LucienFebvre: história**. São Paulo: Ática, 1978.

MATTOSO, K de Q. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 2003, p. 65.

MENDONÇA, Renato. **A influência africana no português do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/INL, 1973. (Retrato do Brasil, 83).

MOREIRA, José Ricardo. **Quem perdeu você ou eu?/ José Ricardo Moreira; ilustrações Sônia Horn.-Curitiba: Aymará,2009. (Coleção cidade educadora; histórias e idéias; amarelo)**

_____. **Um dia para a vida inteira/** José Ricardo Moreira; ilustrações Sônia Horn. Curitiba: Aymar, 2009. (Coleção cidade educadora; histórias e idéias; amarelo)

MOURA, Clovis. **Sociologia do negro brasileiro.** São Paulo, Ática, 1988, p. 48 (serie fundamentos)

MOREIRA, José Ricardo. **Onde está o meu tesouro?/** José Ricardo Moreira; ilustrações Sônia Horn.-Curitiba: Aymar, 2009. (Coleção cidade educadora; histórias e idéias; amarelo)

MUNANGA. Kabengele. **Negritude, usos e sentidos.** Editora Ática. 2 ed. 1988

_____(Org). **Superando o racismo na Escola. Brasília: Secretaria de educação Continuada, Alfabetização e Diversidade;** Ministério da Educação, 2005, p. 21-38.

OLIM, Bárbara B. de; MENEZES, Hermes A. **A imagem do negro no livro didático de história: Um estudo das representações gráficas.** In: Anais do VIII Encontro de História – UFS. São Cristóvão, 2007.

OLIVEIRA, Eliana de. **Mulher negra professora universitária, conflitos e identidades.** Brasília. Líber Livros Editora, 2006.

PEREGALI, Enrique, **1950-Escavidão no Brasil/ Enrique Pegarelli.-** 4ª ad.- São Paulo: Global, 2001. (coleção historia popular: 4)

PILLETTI, Nelson; PILLETTI, Claudino. **Brasil: do Império aos dias de hoje.** Coleção: História & Vida, volume 2, ed. Ática, 1997.

PINSKI, Jaime (org.). **O ensino de História e a criação do fato.** São Paulo: Contexto, 2001.

RAMOS, Fábio Pestana & MORAIS, Marcus Vinicius. **Eles formaram o Brasil.** São Paulo: Contexto, 2010.

RANGEL, Egon. **Livro didático de Língua Portuguesa: o retorno do recalcado.** In: DIONISIO, Ângela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). **O livro didático de Português: múltiplos Olhares.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2001, p. 7-14.

RIBEIRO, Darcy. **A formação do povo brasileiro**. São Paulo, 1995 p 118.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p 108.

RODRIGUES, Tatiane Cosentino. **Movimento negro, raça e política educacional**. 2002. Disponível em: [HTTP/www.anped.org.br/reunioes](http://www.anped.org.br/reunioes).

SANTOS, Hélio. **Ser negro no Brasil hoje**. In: **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002, p. 157-161.

SANTOS, Juana Elbin dos. **Os negôs e a morte**. São Paulo, 1975 p 86.

SANTOS, Ubiraci Gonçalves dos./ SILVA, Gabriel Pedro. **Vai começar a BRINCADEIRA – ITABUNA (ba): eDITORA ética do bRASIL**, 2008, p 44.

SILVA, Ana Célia da. **A desconstrução da discriminação no livro didático**. In: SILVA, Andre Marcos de Paula. **Historia e cultura afro-brasileira**. Adriano Sachweh. Curitiba: Expoente, 2008. 224.

SOUZA, Marina de Mello. **África e Brasil africano**. São Paulo: Ática, 2009.172.

SITE

www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br

Portal do Arquivo Nacional sobre a história luso-brasileira.

SCHUMAHER, schuma; brazil, érico vital. **Rede de desenvolvimento humano (Brasil)**. SENAC. Mulheres negras do brasil. rio de janeiro: redeh, SENAC, 2007 p 315.

SILVA, Ana Célia. **A discriminação do negro no livro didático**. Salvador: CED – Centro Editorial Didático e CEAO – Centro de Estudos Afro – Orientais, 1995, p 34; 47; 135.

SILVA, Ana Célia Da. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático**. Salvador: EDUFBA, 2001, p 14; 16; 19; 51; 58.

_____. **As transformações da representação social do negro no livro didático**. 2003. Disponível em: [HTTP: www.uneb.br/ascom/jmcnet/j07/j07cltm](http://www.uneb.br/ascom/jmcnet/j07/j07cltm).

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Aprendizagem e ensino das Africanidades brasileiras**. 2º Ed. In Munanga, Kabengele (org.) **Superando o racismo na escola. Ministério da Educação Continuada, alfabetização e diversidade**, 2005 (23; 155; 172)

SOUZA, Andréia. **Título: Escola Novo Horizonte**. Disponível em: Acessado em: 30 /09 /2019 as 18:00

SOUZA, Ana LÚCIA Silva. **De olho na cultura: pontos de vista afro-brasileiros**. Salvador: Centros de estudos afro-orientais, Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2005.